DECISÃO SINGULAR DSG - G.RC - 5742/2015

PROCESSO TC/MS	: TC/18206/2014
PROTOCOLO	: 1562658
ÓRGÃO	: FUNDO DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE
JURISDICIONADO E/OU INTERESSADO (A)	: ELISABETHA GRICELDA KLEIN – SECRETÁRIA MUNICIPAL
TIPO DE PROCESSO	: PREGÃO PRESENCIAL 114/14
RELATOR (A)	: RONALDO CHADID

Examina-se o procedimento licitatório, deflagrado na modalidade *Pregão Presencial* (nº 114/14) pelo *Município de São Gabriel do Oeste/MS*, através do Fundo de Educação do Município, no valor de R$ 143.958,60 (cento e quarenta e três mil novecentos e cinquenta e oito reais e sessenta centavos), visando à prestação de serviço de transporte escolar dos alunos da zona rural, para o ano letivo de 2014.

O objeto do certame foi adjudicado a duas empresas, como fazem prova a ata de realização do pregão de f. 276 e a adjudicação de f. 298.

Submetido à análise técnica, a equipe da 5ª ICE relatou o feito e registrou a ausência de documentos obrigatórios para a correta instrução processual, concluindo pela necessária intimação da Ordenadora da Despesa para esse fim, o que foi concretizado através do Termo de Intimação nº 1330/15 de f. 301.

Em resposta, a Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto, Sra. Elizabetha Gricelda Klein enviou os documentos faltantes e prestou os devidos esclarecimentos (Ofício nº 83/15 – f. 307), razão pela qual o processo retornou à inspetoria que procedeu a nova análise e em conclusão entendeu que o procedimento atendeu aos regramentos legais (Lei 8.666/93) e internos, registrando a tempestividade na remessa da documentação a esta Corte (ANA 6940/15 – f. 318).

O Ministério Público de Contas posicionou-se favoravelmente ao certame e concluiu, igualmente, pela regularidade do processo licitatório, nos termos do Parecer nº 8210/15 de f. 322.

É o relatório.

Antes da análise de mérito, no que tange aos aspectos relativos à regularidade da contratação, cumpre estabelecer que, consoante a disposição do artigo 10, inciso IV, do Regimento Interno do TCE/MS (Resolução Normativa 76/2013), em razão das manifestações favoráveis do Ministério Público de Contas e da 5ª ICE, decido monocraticamente, amparado pela competência atribuída ao juízo singular do Conselheiro Relator.

Conforme a documentação apresentada, o procedimento licitatório utilizado foi o do Pregão Presencial (nº 114/14), sendo que da documentação acostada verifico que não houve a prática de irregularidades no seu processamento, haja vista que as regras contidas na Lei 10.520/02, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93, foram cumpridas e as orientações da Instrução Normativa TC/MS nº 35/11 quanto ao envio de documentos também foram observadas.

Dessa forma, acolhendo o parecer do Ministério Público de Contas, com fundamento no art. 59, I, da Lei Complementar 160/2012 e art. 120, I, "a" do Regimento Interno, aprovado pela Resolução Normativa nº 76/13 do TCE/MS, **DECIDO** pela regularidade do procedimento licitatório – Pregão Presencial nº 114/14 – celebrado pela *Secretaria Municipal de Educação de São Gabriel do Oeste/MS*, realizado de acordo com as Leis nº 10.520/02 e nº 8.666/93.

Publique-se.

Após, remetam-se os autos à 5ª ICE para análise da execução financeira.

Campo Grande, 18 de agosto de 2015.

Ronaldo Chadid
Conselheiro Relator

RSB